



PREFEITURA
VILA FLOR
RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº **002/2022**

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

AVISO

CONSIDERANDO as determinações contidas no DECRETO ESTADUAL Nº 31.265, DE 17 DE JANEIRO DE 2022; e suas alterações posteriores;

RESOLVEMOS:

1 - No dia, horário e local da sessão pública, informados no preâmbulo deste EDITAL, faremos o Credenciamento, o recebimento dos Envelopes 01 e 02 dos participantes interessados e o processamento deste certame;

2 - O licitante ao se fazer presente na sessão pública de processamento deste pregão, DEVERÁ:

- a) Estar portando máscaras para seu uso pessoal;
- b) Estar portando sua própria caneta, bem como outros objetos de que necessite;
- c) NÃO está em quarentena determinada pelos órgãos de saúde estadual e municipal;
- d) Obedecer ao distanciamento recomendado, de no mínimo um metro e meio de distância das demais pessoas presentes à sessão pública.
- e) NÃO compartilhar os seus objetos pessoais com demais licitantes presentes e nem manusear os objetos pessoais dos outros licitantes;
- f) Será permitida a entrada somente do representante/participante na sala da sessão pública, o qual deverá estar portando os objetos citados nas letras A e B, celular no modo avião ou desligado e calculadora.

IMPORTANTE: O MUNICÍPIO NÃO SE RESPONSABILIZARÁ EM FORNECER MÁSCARAS, CANETAS E OS DEMAIS OBJETOS OU MATERIAIS QUE SÃO DE RESPONSABILIDADE E DE USO EXCLUSIVO DO LICITANTE INTERESSADO EM PARTICIPAR DO PRESENTE CERTAME.

SERÁ DISPONIBILIZADO APENAS ÁLCOOL EM GEL OU LÍQUIDO A 70º PARA USO E HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS DE TODOS OS PRESENTES.



PREFEITURA
VILA FLOR
RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

PROTOCOLO DE RETIRADA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2022-SRP

OBJETO:

Aquisição de veículos com capacidade para 15+1 passageiros, 0 km, tipo Van, de acordo com as informações constantes no anexo I – Termo de Referência.

DATA E HORÁRIO PARA ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO:

14 de MARÇO de 2022 às 14:00 h.

A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº **00.000.000/000-00**, através do Sr. _____, Fone: () _____, retirou e teve conhecimento deste Edital de Licitação e todos os seus anexos e deseja ser informado de qualquer alteração pelo e-mail _____ ou telefone/fax () _____.

_____, Em: ____/____/2022.

Assinatura
Representante
RG/CPF

OBSERVAÇÃO: SE FAZ OBRIGATÓRIO O PREENCHIMENTO E ENTREGA DESTE PROTOCOLO DE RETIRADA, PARA QUE, CASO HAJA ALGUMA ALTERAÇÃO NESTE PROCESSO, ESTA PODERÁ SER INFORMADA AOS LICITANTES QUE FIZERAM A RETIRADA DO PRESENTE EDITAL.

- SE A RETIRADA FOR VIA E-MAIL, FAÇA O PREENCHIMENTO DO PROTOCOLO ESCANEIE E ENVIE VIA E-MAIL, PARA pmvflicitacoes2021@gmail.com.

- SE A RETIRADA FOR PESSOALMENTE À SEDE DA PREFEITURA, PREENCHER O PROTOCOLO E ENTREGÁ-LO DE IMEDIATO.



PREFEITURA
VILA FLOR
RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de VILAFLOR - RN, por meio da Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de Vila Flor - RN, sediada na Rua José Calazans nº 169 - Centro, Vila Flor - RN, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2018, Decreto nº 001/2013-PMVF-RN, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão: 14/03/2021.

Horário: 14h. Local:

Setor de Licitações - CPL.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Aquisição de veículos com capacidade para 15+1 passageiros, 0 km, tipo Van, conforme quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência (anexo I) deste edital.

1.1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência (ANEXO I), facultando-se ao Licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.2 – O Município não se obriga a adquirir os serviços relacionados dos licitantes vencedores, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou de mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, §4º da Lei 8.666/93.

1.3 – Este Registro de Preços poderá ser utilizado por qualquer órgão da Administração Municipal ou outros órgãos da Administração Pública por meio de carona, conforme Decreto Federal 7.892/13.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de VILA FLOR para o exercício de 2022, e em recurso de emenda parlamentar, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: Secretaria Municipal de Saúde.

Unidade Orçamentária: 1002 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 2063 – Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde – FMS

Classificação de Despesa: 4.4.90.52.00 – equipamentos e material permanente.

Fontes: 1500100200 – Receita de Impostos e Transferência de Saúde

1632000000 – Transferências de Convênios – Estados/Saúde

Emendas Parlamentar: 195/2021-RN

199/2021-RN

3. DA AUTENTICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

3.1. Os documentos apresentados através de cópia produzida por qualquer processo de reprodução, deverão ser autenticados por cartório competente ou pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio;

3.2. Para aqueles que desejarem autenticar documentos junto ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, deverão fazê-lo antes da data e hora marcada para a realização do certame, visando, dessa forma, celeridade na abertura do processo.

3.3. Os documentos obtidos por meio eletrônico ficam dispensados de autenticação podendo, entretanto, ter sua autenticidade conferida digitalmente pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio no curso da sessão caso sejam suscitadas dúvidas com relação à mesma.



PREFEITURA VILA FLOR

RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

3.4. O Pregoeiro e Equipe de Apoio não se responsabilizam por eventuais impossibilidades técnicas (como ausência de conexão com a rede mundial de computadores - internet - por exemplo) ao realizar a verificação.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação poderão participar deste certame, desde que preencham as condições de credenciamento constantes deste Edital:

a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, devidamente autenticado, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) tratando-se de procurador, procuração por instrumento público ou particular, E/OU Carta de credenciamento, devem estar **COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO, POR DIRIGENTES, SÓCIOS OU PROPRIETÁRIOS DA EMPRESA PROPONENTE**, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento.

4.2. O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4.3. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4.4. Se o licitante não credenciar um representante estará abdicando do direito de fazer lance e, principalmente, de recorrer dos atos do Pregoeiro.

4.5. Para que sejam beneficiadas pela Lei Complementar n.º 123/06, as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar certidão expedida pela Junta Comercial do Estado onde fique demonstrada e comprovada sua atual condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme art. 8º da Instrução Normativa n.º 103/2007 do DNRC. A certidão deverá ser expedida em até 6 (seis) meses antes da data da abertura da licitação.

4.6. Declaração que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.7. Os documentos apresentados através de cópia produzida por qualquer processo de reprodução, deverão ser autenticados por cartório competente ou pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio antes da abertura do certame;

4.8. Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital, *nos termos do art.4º, VII da Lei nº 10.520/02, assinado por quem de direito.*

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1 Poderão participar deste Pregão - Sistema de Registro de Preços as pessoas jurídicas, pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

5.2 Não poderão participar desta licitação empresas que se enquadre em uma ou mais das seguintes situações:

a) estejam constituídos sob a forma de consórcio;

b) estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária ou outras penalidades impostas por qualquer órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88, da Lei no. 8.666/93;

c) sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo Federal, Estadual ou Municipal;

d) estejam sob falência, concordata, dissoluções ou liquidações;

e) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei n.º 8.666, de 1993.

ATENÇÃO:

5.3. Atendidas as prerrogativas legais para efeito do inciso I, do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, este certame licitatório é destinado, nos itens de contratação cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), exclusivamente à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais e equiparados, conforme o caso.



PREFEITURA
VILA FLOR
RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

ATENÇÃO:

5.4. Conforme o preceito legal estabelecido no inciso III, do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações e atendidas as prerrogativas legais, no presente processo licitatório, sendo para aquisição de bens de natureza divisível, o objeto apresenta-se com cota de até 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos dos itens previstos destinados exclusivamente à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais e equiparados, conforme o caso.

ATENÇÃO:

5.5. Não se aplica o benefício disposto no “subitem 3.4” acima, quando os itens ou os lotes de licitação possuir valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), tendo em vista a aplicação da licitação exclusiva prevista no “subitem 5.3”.

ATENÇÃO:

5.6. Conforme o preceito legal estabelecido no inciso II, do artigo 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, no presente processo licitatório não se aplicam os dispostos nos artigos 47 e 48 da referida Lei Complementar quando não houver um **mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos** enquadrados como Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores Individuais e equiparados sediados **local ou regionalmente** e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

ATENÇÃO:

5.7. Conforme o preceito legal estabelecido no inciso III, do artigo 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, no presente processo licitatório não se aplicam os dispostos nos artigos 47 e 48 da referida Lei Complementar quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

5.8. Para efeitos deste Edital, considera-se:

- a) **“ÂMBITO REGIONAL”**: Como sendo aquela que possua registro em uma das cidades da microrregião de CANGUARETAMA do Estado do Rio Grande do Norte, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; e
- b) **“ÂMBITO LOCAL”**: Como sendo aquela que possua registro no Município de VILA FLOR/RN.

ATENÇÃO:

5.9. Considerando o disposto no art. 49, inciso II da Lei Complementar nº 123/2006 e tomando por base de referência a microrregião de Angicos, Estado do Rio Grande do Norte, este certame vem abranger a participação de qualquer interessado, sem prejuízos as micro empresas e empresas de pequeno porte, sendo garantidos todos os direitos determinados na referida lei acima citada.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

6.1. As licitantes deverão apresentar suas propostas sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. Suas folhas devem estar rubricadas, numeradas e a última assinada pelo representante legal da empresa ou pela pessoa física participante, devendo nela constar:

- a) identificação (individual ou social), a razão social, endereço, telefone/FAX, e-mail comercial se houver, número do CNPJ/MF, Banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento para facilitar o contato e o pagamento;
- b) proposta definitiva de preços, especificando detalhadamente o item ofertado, discriminando, ainda, o valor unitário e total, em moeda corrente nacional, sendo admitidas apenas duas casas após a vírgula;
- c) a validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão de abertura desta licitação;



PREFEITURA VILA FLOR

RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

6.2. A proposta deverá atender todas as condições exigidas no Edital e nos Anexos. As licitantes poderão utilizar o Anexo I deste Edital para a formulação de sua proposta, complementando as informações, caso necessário.

6.3. A falta de data e/ou rubrica da proposta somente poderá ser suprida pelo representante legal presente na sessão de abertura do envelope de Proposta e com poderes para esse fim.

6.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pelo Pregoeiro.

6.5. Caso o prazo estabelecido para validade da proposta não seja indicado na proposta, será considerado aceito pela licitante o prazo estabelecido neste edital para efeitos de julgamento.

6.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.7. Fica reservado ao Município de VILA FLOR o direito de verificar, sempre que julgar necessário, se os preços praticados pela licitante vencedora estão compatíveis com os de mercado.

6.8. Todos os documentos que integram as propostas da licitante deverão estar embalados em envelopes lacrados, não transparentes e denominados:

ENVELOPE 1 – PROPOSTA DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLOR

NOME COMPLETO DO LICITANTE – CNPJ

TELEFONE – E-MAIL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022

ENVELOPE 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FOR

NOME COMPLETO DO LICITANTE - CNPJ

TELEFONE – E-MAIL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022

7 - DA HABILITAÇÃO

7.1. DA CONDIÇÃO PRÉVIA PARA ANÁLISE DA HABILITAÇÃO:

7.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua PARTICIPAÇÃO no certame ou a futura CONTRATAÇÃO, devendo a licitante **APRESENTAR** dentro do envelope 1.Habilitação as certidões dos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pelo TCU;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça-CNJ;

c) Portal da Transparência – CEIS – Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas; E,

d) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas.

7.1.2. As referidas certidões poderão ser emitidas através do site: <https://certidões-apf.apps.tcu.gov.br>

7.1.2.1. Caso julgue necessário o Pregoeiro, poderá também, consultar a situação de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.1.3. Constatada a existência de sanções, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação e consequentemente de contratação.

7.1.4. Constatada a inexistência de sanções, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar.



PREFEITURA VILA FLOR

RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

7.1.5. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabela de Notas ou confere com original pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio, conforme item 2.15

7.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Requerimento do Empresário, no caso de empresa individual, inclusive RG e CPF;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor, e aditivos caso exista, devidamente registrados na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, ou sua consolidação e aditivos posteriores, acompanhado de cópias dos documentos pessoais dos sócios;
- c) Ato constitutivo devidamente registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- d) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

7.3 – REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
- d) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede da licitante, mediante certidão negativa de débitos;
- e) Prova de regularidade junto à Fazenda Federal, através da Certidão Negativa Conjunta de Tributos Federais, da Dívida Ativa da União e de Débitos Previdenciários, nos termos da Portaria nº 443/2014, de 17 de outubro de 2014, que altera a Portaria 358, de 05 de setembro de 2014;
- f) Certidão de regularidade de débito com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão (Negativa ou Positiva com efeitos negativos de Débitos Trabalhistas - CNDT), expedido pela TST – Tribunal Superior do Trabalho por meio eletrônico. Lei Federal 12.440/2011.

7.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, juntamente com o termo de abertura e de encerramento do livro diário, que comprovam a boa situação financeira da empresa, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial, também admitida a autenticação pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED mediante apresentação do comprovante de autenticação digital, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.4.1.1 Afim de comprovar a boa situação financeira, a empresa licitante deve atender os limites estabelecidos a seguir, com os dados do balanço patrimonial do último exercício social:

LC = Liquidez Corrente - maior ou igual a 1,00

LG = Liquidez Geral - maior ou igual a 1,00

ET = Endividamento Total - menor ou igual a 1,00 Onde:

LC = Liquidez Corrente = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

LG = Liquidez Geral = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

ET = Endividamento Total = $\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Exigível Total Ativo Total}}$



PREFEITURA VILA FLOR

RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

- 7.4.2. As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, Capital Social ou Patrimônio Líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor máximo da contratação, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.
- 7.4.3. As empresas com menos de 01 (um) exercício financeiro deve cumprir a exigência deste subitem mediante a apresentação do Balanço de Abertura;
- 7.4.4. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- I. Publicados em Diário Oficial ou;
 - II. Publicados em jornal de grande circulação ou;
 - III. Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;
 - IV. Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da Instrução Normativa nº 11, de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento.
 - V. A pessoa jurídica optante do Sistema de Lucro Real ou Presumido deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos da IN RFB 1.420/2013, 1.422/2013, IN RFB 1.486/2014, IN RFB 1.510/2014, IN RFB 1.594/2015 e IN RFB 1.660/2016.
- 7.4.5. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão

7.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede do licitante, para a comprovação de situação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, está com validade de até 60 (sessenta) dias;
- b) Atestado de capacidade técnica, emitido por Entidade de Direito Público ou Privado. O atestado deverá comprovar que a licitante já executou contratos compatíveis com objeto do presente certame.

7.6 – OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de idade, conforme Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, nos termos do modelo constante do **Anexo IV** deste Edital;
- b) Declaração de inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos, nos termos do modelo constante do **Anexo V** deste Edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade (RG) do declarante;
- c) Declaração expressa de concordância e aceitação de todas as exigências do Edital, nos termos do modelo constante do **Anexo VI** deste Edital.
- d) Declaração de Qualificação e condição de “ME, “EPP” ou Microempreendedor Individual, nos termos do modelo do **Anexo VII** deste Edital.

8 – DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 8.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada em ata.
- 8.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3. As propostas serão classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão formular lances, sendo imediatamente lançados na ata de registro.



PREFEITURA VILA FLOR

RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

8.4.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

8.5. Os licitantes poderão oferecer lances, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.6. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado em ata.

8.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor.

8.8. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.

8.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

9 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível:

9.3. Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam a 80% (oitenta por cento) menor dos seguintes valores:

I. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 80% (oitenta por cento) do valor orçado pela administração.

II. Valor orçado pela Administração.

9.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.6. O Pregoeiro poderá encaminhar, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.7. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.8. A negociação será realizada de forma presencial.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.1.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.1.2. O licitante deverá apresentar a proposta final realinhada.

11 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.2 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.3 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.2 Adjudicado o certame e homologado o procedimento, será convocado o vencedor da licitação para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de recebimento da notificação, assinar a Ata de Registro de Preços, cuja minuta integra este Edital, sob pena de decair do direito à contratação, podendo, ainda, sujeitar-se às penalidades estabelecidas no item 25 deste Edital.



PREFEITURA VILA FLOR

RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

12.3 A Ata de Registro de Preços é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos ao objeto licitado para atender as necessidades do município, conforme especificações discriminadas no anexo I deste edital.

12.4 A Ata de Registro de Preços para futura e eventual contratação do objeto desta licitação é um documento vinculativo, obrigacional, com as condições de compromisso para a contratação, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas aduzidas.

12.5 Administração Municipal é responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente certame licitatório, bem como pelo gerenciamento da futura Contratação.

12.6 Órgão Participante é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa da presente licitação.

12.7 O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços do eventual objeto licitado será a própria Prefeitura.

12.8 A Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses.

12.9 A existência DA ARP – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS não obriga a Administração Municipal a firmar a contratação que dele poderão advir; facultando-se a realização de procedimento específico para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.10 Homologado o resultado da licitação, a Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores vencedores, convocará os licitantes vencedores para assinatura DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a qual constitui compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas; observados os requisitos de publicidade e economicidade.

12.11 O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para a assinatura DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, contado a partir da data da convocação. O aludido prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

12.12 Se o licitante vencedor, convocado nos termos do item anterior, recusar-se a celebrar a Ata de Registro de Preços respectivo, aplicar-se-á o disposto no inciso XVI, do artigo 4º, da Lei nº 10.520/02.

12.13 A recusa dos licitantes em atender às convocações de que tratam os itens 12.09 e 12.10, desde que ocorram dentro do prazo de validade de suas propostas, sujeita-os às sanções administrativas, sem prejuízo das demais penalidades legalmente estabelecidas (Leis n.º 8.666/93 e 10.520/2002).

12.14 A contratação junto ao fornecedor registrado, após informação emitida pela Comissão de Licitação, será formalizada por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou ordem de compra/serviço, ou outro instrumento similar, conforme o caso.

12.15 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS não poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93.

12.16 Decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas sem convocação, por parte deste Município, para assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos em sua(s) proposta(s).

12.17 A Ata de Registro de Preços (ARP), durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, ainda que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

12.18 Caberá ao Fornecedor Beneficiário da Ata de Registro de Preços (ARP), observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, no caso da hipótese prevista na condição anterior, sem prejuízo dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.19 Caso haja anuência do Fornecedor Beneficiário, cada órgão usuário poderá adquirir até 100% (cem por cento) dos quantitativos máximos registrados na Ata de Registro de Preço, por órgão.

12.20 O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços (ARP) não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na respectiva Ata para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.



PREFEITURA
VILA FLOR
RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

13 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Cancelamento automático da ata de Registro de Preços:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados; ou
- c) pelo Município Gerenciador, quando caracterizado o interesse público.

13.2 - Cancelamento do registro do fornecedor:

a) o fornecedor terá seu registro na Ata cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

b) a pedido, quando:

I - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

II - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto.

c) pela Administração, unilateralmente, quando:

I - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

II - perder qualquer condição de Habilitação e qualificação técnica exigida no procedimento licitatório;

III - por razões de interesse público, devidamente, motivado e justificado.

IV - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

V - não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos de compra decorrentes da Ata de Registro de Preços;

VI - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

VII - persistência de infrações após a aplicação das multas previstas no edital e nesta ata;

VIII - liquidação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, ou falência da Contratada;

IX - inobservância da boa técnica na execução dos fornecimentos;

X - demais hipóteses previstas no Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, com suas posteriores alterações, bem como desta ata;

13.3 - A rescisão da Ata de Registro de Preços unilateralmente pela Administração acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/1993, bem como desta Ata;

13.4 - Assunção imediata do objeto da Ata de Registro de Preços por ato próprio da Administração, lavrando-se termo circunstanciado;

13.5 - Responsabilização por prejuízos causados à Administração.

14- DOS RECURSOS

14.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

14.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

14.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

14.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

14.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



PREFEITURA VILA FLOR

RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

15- DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

16- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

16.2. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, o licitante poderá impugnar este Edital.

16.3. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua José Calazans, nº 169, Centro, Vila Flor - RN.

16.4. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

16.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16.6. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

16.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.8. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

17 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE DE PREÇOS

17.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

17.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e na entrega técnica.

17.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta aos órgãos fiscais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.6. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto aos órgãos fiscais.

17.10. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente nos órgãos.

17.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No



PREFEITURA VILA FLOR

RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.12. Os preços são fixos e irredutíveis.

18 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

18.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

18.1.2. Apresentar documentação falsa;

18.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

18.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.5. Não manter a proposta;

18.1.6. Cometer fraude fiscal;

18.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.3.1. Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento), por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato, por ocorrência, sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

18.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, que poderá ser aplicado com rescisão contratual;

18.3.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contrato, na hipótese de o contratado, de modo injustificado, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o Município em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior do Município, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

18.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até cinco anos;

18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

18.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas, para conhecimento dos interessados.

18.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

19- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

19.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



PREFEITURA
VILA FLOR
RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

19.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

19.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no portal do TCE-RN, ainda solicitado no e-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Jose Calazans, nº 169, Centro, Vila Flor - RN, nos dias úteis, no horário das 09 h às 14 h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

19.10. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

19.11. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de CANGUARETAMA/RN, com exclusão de qualquer outro.

INTEGRAM O PRESENTE EDITAL:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRABALHO DE MENOR

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONCORDANCIA

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO COMO MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP; MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI

ANEXO VIII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VILA FLOR/RN, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2021

COMISSÃO



PREFEITURA
VILA FLOR
RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

ANEXO I

TERMO DE

REFERÊNCIA



PREFEITURA VILA FLOR

RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

PROCESSO Nº **20220201001/2022**

PREGÃO PRESENCIAL **002/2022**

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO: Lei 10.520/02, art. 3º, II

1.1 – A presente licitação tem como objeto aquisição de 02 (dois) veículos Tipo Van, capacidade 15+1, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificado neste Termo de Referência.

1.3 – O Município não se obriga a adquirir os itens relacionados dos licitantes vencedores, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou de mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, §4º da Lei 8.666/93.

1.4 – Este Registro de Preços poderá ser utilizado por qualquer órgão da Administração Municipal ou outros órgãos da Administração Pública por meio de carona, conforme Decreto Federal 7.892/13.

2 - Justificativa: Lei 10.520/02, art. 3º, I e III.

2.1. Faz-se necessário a aquisição dos veículos, para atender a demanda da Secretaria municipal de Saúde, na manutenção das ações e atividades dos Programas, garantindo o atendimento conforme demanda do município de Vila Flor – RN. Neste prisma, vale ressaltar a importância da aquisição de dos veículos tipo van para cumprir com as propostas de trabalho da Secretaria Municipal de Saúde de VILA FLOR – RN, Fundo Municipal de Saúde e do Ministério da Saúde, pois é por meio destes cumprimentos que podemos ter resultados significativos nos serviços e perante a sociedade.

2.2. A presente proposição de contratação tomou como base o princípio da teoria de livre mercado, no qual os fornecedores concorrem na busca de oferecer o menor preço, sem com isso, comprometer a qualidade, a confiabilidade, a continuidade de serviço. Tal princípio trará benefícios e economia substanciais ao serviço público, cujas políticas e diretrizes devem estar orientadas para garantir e maximizar a qualidade e a quantidade da prestação de seus serviços à população, ao menor preço possível.

2.3. Considerando que buscamos proporcionar condições básicas para que as unidades vinculadas ao SUS possam realizar de forma segura e eficaz o atendimento à população.

2.4. Considerando que o Plano Municipal de Saúde 2018-2021 em sua Diretriz 6 do versa sobre a implementação do modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável e busca garantir o Transporte Sanitário para os Pacientes.

2.5. Considerando que o município de Vila Flor/RN se localiza no litoral leste do Rio Grande do NORte. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística). A sede do município está a 81 km de Natal, a capital do Estado do Rio Grande do Norte. Tem uma população de 3.194 habitantes em 2020. Tem uma área de extensão territorial de 47.656km². O perfil socioeconômico revela uma população onde a renda familiar é pequena onde temos boa parte da população que depende de programas sociais do governo federal, temos uma população ativa que em sua grande maioria possuem empregos informais e aqueles que dependem de agricultura de sub existência. Portanto, a renda per capita do município é insuficiente para a manutenção das necessidades básicas da população e isto é visualizado no SMS quando, por exemplo, para a realização de exames de média e alta complexidade e consultas com especialistas que demandem pelo deslocamento dos usuários para outros municípios a população desiste destes atendimentos previamente agendados devido a falta de recursos financeiros para custear o deslocamento, o que causa um prejuízo na garantia de acesso dos usuários aos serviços. A contemplação deste pleito nos ajudará a diminuir as dificuldades relacionadas ao transporte de nossos munícipes para a realização de exames e procedimentos em outros municípios que são identificadas como uma das barreiras ao acesso dos usuários aos serviços de saúde. Também nos ajudará a organizar a estrutura operacional das redes de atenção à saúde no tocante ao deslocamento de usuários para realizar procedimentos de caráter eletivo onde o deslocamento se dará a partir da marcação das consultas/exames ou procedimentos eletivos nos serviços dos municípios de referência, vinculados ao sistema único de saúde, por meio das centrais de regulação/complexos reguladores atentando ao que fora estabelecido na PPI. Este pleito também contribuirá para a redução de custos com a locação de veículos para tal fim e isto permitirá a aplicação



PREFEITURA
VILA FLOR
RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

deste recurso em outras ações voltadas à necessidade da população. Adotaremos como diretrizes para a organização do transporte sanitário eletivo o que trata a resolução comissão intergestores tripartite (cit) nº 13, de 23 de fevereiro de 2017 que dispõe sobre as diretrizes para o transporte sanitário eletivo destinado ao Deslocamento de usuários para realizar procedimentos de caráter eletivo no âmbito do SUS.

2.6. Portanto a realização da despesa em tela beneficiará os pacientes que necessitem de transporte para a realização de consultas e exames de média e alta complexidade em centros médicos que possuam estes serviços.

3 - Da especificação:

3.1. O produto que integra o objeto da presente contratação devem atender as seguintes especificações, que segue abaixo:

Item - Código - Descrição	Unid.	Quant.
ITEM 01 – CÓDIGO: 082382 - Veículo tipo VAN modelo 2021 ou superior, original de fábrica, para no mínimo 15 (quinze) passageiros + 01 motorista, dados técnicos: Motor 04 cilindros, turbo cooler; potência mínima 163cv a 3800rpm; cilindrada 2143cm ³ ; cambio mínimo de 06 marchas a frente a frente e 01 a ré, cabine alta. Freios A disco nas 4 rodas, inclusive ABS, ASR, BAS, EBV e ABA; Peso aproximado 3300kg. Itens obrigatórios em conformidade com CONTRAN: Velocímetro; Hodometro; Pisca; pisca alerta; luz baixa; luz alta; luz de freio; alarme sonoro de ré; cinto de segurança, conforme regulamentação específica do CONTRAN; encosto de cabeça, segundo normas estabelecidas pelo CONTRAN; dispositivo destinado ao controle de emissão de gases poluentes e de ruído, segundo normas estabelecidas pelo Contran; equipamento suplementar de retenção - Air bag frontal para condutor e o passageiro do banco dianteiro. (Lei 11.910 de 2009). Equipamento de série direção elétrica, ar condicionado na frente e atrás original de fábrica com controle de temperatura; desembaçador traseiro; imobilizador eletrônico; bancos individuais e reclináveis original de fábrica; travamento das portas elétrico centralizado com controle remoto; vidro elétrico; faróis de neblina; para-brisa do seu registro e licenciamento vendido por uma concessionária autorizada pelo fabricante ou pelo próprio Fabricante, nos termos da deliberação CONTRAN Nº 64/ de 30 de maio de 2008, e Lei Federal nº 6.729/1979, O veículo deve ser entregue 05 (Cinco) dias após recebido a ordem de compra e devidamente licenciado, com o primeiro emplacamento em nome da Prefeitura.	UND	02

3.2. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos e despesas necessárias do Produto, bem como quaisquer outras despesas relativas ao mesmo que por ventura forem necessários do licitante.

3.3. A apuração do objeto deste pregão obedecerá ao critério de julgamento tipo Menor Preço.

3.4. A licitante poderá inspecionar o Produto solicitado, sempre que julgar necessário, através de técnico habilitado e devidamente credenciado, mediante solicitação, por escrito encaminhada a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – VILA FLOR – RN.

4 - Qualidade e Aceitação do produto: Lei 10.520/02 art. 3º I

4.1 O produto deverá ser:

- de alta qualidade, com excelente acabamento, sem falhas ou quaisquer outras avarias;
- de excelência resistência e de modo a proporcionar segurança e conforto aos ocupantes do mesmo;
- entregue obedecendo rigorosamente as cláusulas do Edital e seus anexos.

4.2. Produto contendo baixa qualidade, em desacordo com o edital e seus anexos ou com a legislação vigente aplicada, será rejeitado pela Secretaria Municipal da Saúde.



PREFEITURA VILA FLOR

RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

5 – da Garantia do Produto: Art. 73 a 76 da LGL – Lei 8.666/93.

5.1. O produto deve ter a garantia/validade mínima de 01 (um) ano contados da data de entrega do produto, e também da fábrica;

5.2. A CONTRATADA fica obrigada a manter a garantia/validade do produto e ou/serviços exigida no Edital e seus anexos, sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis, além de ser obrigado a reparar os prejuízos que causar a Secretaria Municipal de Saúde - SMS de VILA FLOR/RN ou a terceiros decorrentes destes eventos (garantia/validade).

5.3. Durante o período de garantia do produto e ou/serviços, a CONTRATADA deverá arcar com os custos concernentes a consertos e substituições em decorrência de defeitos de fabricação, transporte, avarias, embalagem ou armazenamento e outros, os quais devem ser realizados no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis contados da notificação da Secretaria Municipal de Saúde - SMS de VILA FLOR – RN.

6 - Prazo de Entrega: Art. 3º, I da Lei 10.520/02.

6.1. A entrega deverá ser feita em até 05 (Cinco) dias consecutivos, a contar da solicitação da CONTRATANTE, a ser formalizada o recebimento da Ordem de Compra, por parte da contratada.

6.2. Tal prazo de entrega se justifica pela necessidade de a Secretaria Municipal de Saúde precisar de mais transportes para locomoção de paciente para cidades e regiões vizinhas, tendo em vista o quadro de transportes atual reduzido pra uma demanda de pacientes alta, devido a pandemia que todo o Brasil vivencia atualmente.

7 - Local de Entrega Art. 3º, I da Lei 10.520/02.

7.1. Deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal de VILA FLOR/RN, na *Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN*, que tem como responsável a Ordenadora de Despesa da Secretaria Municipal de Saúde.

8 - Obrigações da Contratada e Contratante: Art. 3º, I da Lei 10.520/02.

8.1 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras previstas no Edital:

- I. Dar integral cumprimento a sua proposta;
- II. Cumprir o prazo de entrega dos produtos, objeto da presente licitação, que será de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da solicitação da contratante, a ser formalizada com o envio de Ordem de Compra;
- III. Executar a entrega dos equipamentos conforme especificado neste Projeto, salvo a ocorrência de calamidade pública, perturbação da ordem, greves ou por outro motivo que a CONTRATANTE venha a aceitar por considerá-lo justo, ficando esses prazos prorrogados, para todos os efeitos contratuais, de tantos dias quantos forem os de duração do obstáculo impeditivo;
- IV. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a Embrapa ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- V. A Contratada deverá se comprometer a transportar os equipamentos até o local de entrega determinado pela CONTRATANTE, com o equipamento e pessoal necessários ao descarregamento e movimentações necessárias;
- VI. Correrá por conta da Contratada as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como embalagens, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação dos técnicos que realizarão a instalação do equipamento;
- VII. Responsabilizar-se por possíveis erros causados pela Contratada, realizando a devida correção sem ônus para a Contratante;
- VIII. Comunicar por escrito e verbalmente a Secretaria fiscalizadora, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a apresentar risco para o município;
- IX. Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente ao município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- X. Emitir Nota Fiscal dos produtos fornecidos efetuando os devidos recolhimentos tributários exigidos



PREFEITURA
VILA FLOR
RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

8.2 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I - exercer a fiscalização dos produtos por servidores especialmente designados;
- II - Analisar e auditar as contas apresentadas;
- III - fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada;
- IV - emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
- V - disponibilizar instalações necessárias para entrega dos produtos;
- VI - Estabelecer normas de atendimento, manual de orientação ao credenciado e instruções normativas;
- VII - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.
- VIII - Efetuar o pagamento a Contratada nos prazos e condições estipuladas neste Instrumento.
- IX - Comunicar imediatamente a Contratada qualquer irregularidade manifestada na entrega do produtos solicitados;
- X - Os produtos poderão a qualquer tempo serem revistos a critério exclusivo do Prefeito, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

9 - Gestão e Fiscalização do Contrato: Art. 8º II dec.3.555

9.1 Durante a vigência do Contrato, a fiscalização será exercida por um representante designado pelo órgão indicado no subitem 1.1 ao qual competirá registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da entrega dos produtos e de tudo dará ciência à Administração, conforme art. nº 67 da Lei nº 8.666/93.

10 - Condições de pagamento:

- 10.1. O pagamento das notas fiscais/faturas será efetuado a Contratada conforme especificado no Edital.
- 10.2. Os pagamentos serão realizados contra apresentação de Nota Fiscal/Fatura, em até 30 (trinta) dias da apresentação da mesma.
- 10.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

11 - Outras Prescrições

- 11.1 É vedada a subcontratação do objeto do contrato.
- 11.2 Deverão ser observadas as prescrições a seguir, todas condicionantes da aceitação da proposta e do recebimento dos serviços licitados;
- 11.3 Não serão aceitos materiais/serviços em desacordo com as especificações constantes no edital;
- 11.4 Prazo de validade da proposta não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura das Propostas de Preços;
- 11.5 Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, descarga, embalagem, troca, seguro e quaisquer outras despesas para a entrega dos materiais.

VILA FLOR/RN, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2022.

COMISSÃO



PREFEITURA
VILA FLOR
RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO I - A

TABELA DE ITENS COM PREÇOS DE REFERÊNCIA

Valor máximo, os quantitativos dos produtos provenientes deste certame estão orçados em R\$ **660.000,00** (SEISCENTOS E SESENTA MIL REAIS), com base no mapa de pesquisa mercadológica.

DEFINIÇÃO POR ITENS

Item - Código - Descrição	Unid.	Quant.	Vlr. Unit. Máximo
Veículo tipo VAN modelo 2021 ou superior, original de fábrica, para no mínimo 15 (quinze) passageiros + 01 motorista, dados técnicos: Motor 04 cilindros, turbo cooler; potência mínima 163cv a 3800rpm; cilindrada 2143cm ³ ; cambio mínimo de 06 marchas a frente a frente e 01 a ré, cabine alta. Freios A disco nas 4 rodas, inclusive ABS, ASR, BAS, EBV e ABA; Peso aproximado 3300kg. Itens obrigatórios em conformidade com CONTRAN: Velocímetro; Hodômetro; Pisca; pisca alerta; luz baixa; luz alta; luz de freio; alarme sonoro de ré; cinto de segurança, conforme regulamentação específica do CONTRAN; encosto de cabeça, segundo normas estabelecidas pelo CONTRAN; dispositivo destinado ao controle de emissão de gases poluentes e de ruído, segundo normas estabelecidas pelo Contran; equipamento suplementar de retenção - Air bag frontal para condutor e o passageiro do banco dianteiro. (Lei 11.910 de 2009). Equipamento de série direção elétrica, ar condicionado na frente e atrás original de fábrica com controle de temperatura; desembaçador traseiro; imobilizador eletrônico; bancos individuais e reclináveis original de fábrica; travamento das portas elétrico centralizado com controle remoto; vidro elétrico; faróis de neblina; para-brisa do seu registro e licenciamento vendido por uma concessionária autorizada pelo fabricante ou pelo próprio Fabricante, nos termos da deliberação CONTRAN Nº 64/ de 30 de maio de 2008, e Lei Federal nº 6.729/1979, O veículo deve ser entregue 05 (Cinco) dias após recebido a ordem de compra e devidamente licenciado, com o primeiro emplacamento em nome da Prefeitura.	UND	02	330.000,00

VILA FLOR/RN, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2022.

COMISSÃO



PREFEITURA
VILA FLOR
RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Ao
Pregoeiro da Prefeitura Municipal de VILA FLOR
Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022-SRP

Senhor Pregoeiro,

___(nome da empresa)___, inscrito(a) no CNPJ nº ___, por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(Sra.) _____, portador(a) da RG nº ___ e do CPF nº ___, NOMEIA e CONSTITUI seu bastante procurador o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e CPF nº _____, a quem confere amplos poderes para representá-la perante ao Município de VILA FLOR/RN, com amplos poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases da Licitação acima identificada, inclusive apresentar proposta e declaração de atendimento dos requisitos de Habilitação em nome da Outorgante, formular verbalmente novas Propostas de preços na(s) etapa(s) de lances, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo, manifestar-se imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, interpor recursos administrativo, assinar a Ata da Sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo(a) Pregoeiro(a), enfim praticar todos os demais atos necessários e pertinentes ao certame em nome da Outorgante, inclusive assinar contratos e demais compromissos relativos à licitação mencionada.

Por ser verdade, firmamos a presente, para que produza os efeitos legais.

Local e data, ___ de _____ de _____

Atenciosamente,

Identificação e assinatura do outorgante

* COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO



PREFEITURA
VILA FLOR
RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Ao
Pregoeiro da Prefeitura Municipal de VILA FLOR
Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022-SRP

A empresa _____, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, inscrição estadual nº _____, com sede _____ (endereço completo), no Município de _____, representada pelo seu _____ (qualificação completa do responsável, nos termos do contrato social), _____ (nacionalidade), _____ (estado civil), _____ (profissão), portador do RG nº _____ e do CPF. nº _____, residente e domiciliado na _____ (endereço completo), na cidade de _____, atendendo as formalidades constantes do Edital Completo do PREGÃO PRESENCIAL Nº **022-/2022**, do Município de VILA FLOR/RN,

DECLARA, sob as penas cabíveis que possui todos os requisitos exigidos no Edital de Pregão Presencial acima citado, para a Habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal.

DECLARA, ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para Habilitação constante do Edital, ensejará aplicação de penalidade a Declarante.

DECLARA, também, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação.

Local e data, ____ de _____ de 2022

Assinatura e carimbo do CNPJ



PREFEITURA
VILA FLOR
RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO (ART.7º, INCISO XXXIII, DA CF/88)

Ao
Pregoeiro da Prefeitura Municipal de VILA FLOR
Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022-SRP

A(nome da empresa) com sede na(endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o n., vem através de seu representante legal infra assinado, em atenção à Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, declarar expressamente, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 7º, inciso XXXIII, a saber:

"(...) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos."

Local/RN, dede 2022

(assinatura do Representante legal)



PREFEITURA
VILA FLOR
RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

ANEXO V

MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

Ao
Pregoeiro da Prefeitura Municipal de VILA FLOR
Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022-SRP

_____ CNPJ n.º _____, sediada (endereço completo) _____,
DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data a entidade não se encontra declarada inidônea por
qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal,
não existindo fatos supervenientes impeditivos da sua Habilitação ou que comprometam a sua idoneidade,
ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, ____ de _____ de _____

Representante Legal
Carimbo da empresa c/ CNPJ



PREFEITURA
VILA FLOR
RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

ANEXO VI

MODELO DECLARAÇÃO DE CONCORDANCIA

Ao
Pregoeiro da Prefeitura Municipal de VILA FLOR
Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022-SRP

A empresa _____, situada a _____, inscrita
no CNPJ (MF) sob o nº _____, vem por meio de seu representante legal infra assinado, declarar,
expressa e integral concordância aos termos e condições do edital de licitação supra.

LOCAL E DATA

REPRESENTANTE LEGAL



PREFEITURA
VILA FLOR
RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO COMO MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP; MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI
(ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA EM SEPARADO - NO CREDENCIAMENTO)

Ao

Pregoeiro da Prefeitura Municipal de VILA FLOR

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022-SRP

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas aplicáveis, que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ é () Micro Empresa ou () Empresa de Pequeno Porte, () Micro Empreendedor Individual, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a participar do presente certame e usufruir do tratamento favorecido nos Arts. 42 a 48 da Lei Complementar nº 123/2006, bem como estando apta para exercer o direito de ser habilitada ainda que os documentos de regularidade fiscal apresentados contenham ressalvas ou restrições, declarando, no mais, ciência de que tais ressalvas ou restrições deverão ser supridas no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da homologação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da sanções previstas no Art. 81 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Local/RN, dede 2022

(assinatura do Representante legal)



PREFEITURA
VILA FLOR
RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

ANEXO VIII

MINUTA ARP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00/2022

PROCESSO Nº 00/2022

CONTRATADA: XXXX

CNPJ Nº XXXX

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00/2022

DATA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: XXXX DE XXXX DE 2022

VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R\$ XXXX

VIGÊNCIA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 12 (DOZE) MESES

OBJETO: Aquisição de veículos com capacidade para 15+1 passageiros, 0 km, tipo Van

Aos XXXX (XXXX) dias do mês de XXXX de 2020 de um lado o Município de VILA FLOR/RN, sediada na Rua Jose Calazans, nº 169 – Centro, inscrita no CNPJ sob Nº 08.169.278/0001-07 doravante denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representada por sua Exma. Prefeita Municipal, THUANNE KARLA CARVALHO DE SOUZA, portador do CPF Nº XXXX, residente e domiciliado à XXXX, Nº XXXX - Bairro: XXXX, na cidade de VILA FLOR/RN e, de outro, a empresa XXXX, inscrita no CNPJ nº XXXX, com sede na XXXX no Município de XXXX, denominada ÓRGÃO DETENTOR, neste ato representada pelo Senhor XXXX, portador do RG nº XXXX e CPF nº XXXX, residente e domiciliado à Av. XXXX, nº XXXX, Bairro XXXX, na cidade de XXXX, tendo em vista o que consta no PROCESSO Nº 00/2022, e o resultado final do PREGÃO PRESENCIAL Nº 00/2022, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, com fundamento na Lei Federal nº 10.520/2002, na Lei Complementar nº 123/2006, e subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666/1993, bem como na legislação correlata, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DOS FORNECEDORES

1.1 - O objeto desta licitação é o Registro de Preços em Ata para Aquisição de veículos com capacidade para 15+1 passageiros, 0 km, tipo Van, destinados a manutenção das atividades da Secretaria municipal de Saúde, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO 1) e seus Anexos que fazem parte integrante da presente licitação.

1.2 - Integram a presente Ata de Registro, independentemente de transcrição, o Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 00-2022 - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

EMPRESA:						
CNPJ:		Telefone:		e-mail:		
Endereço:						
ITEM	DESCRIÇÃO	Marca	QUANT.	UNID.	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
VALOR TOTAL						

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade por 12 (doze) meses à partir da Assinatura da Ata de Registro.

2.2 - Durante a vigência desta ata, o Município não será obrigado a adquirir os produtos referidos na cláusula anterior exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.3. - Acréscimos, supressões ou modificações da Ata de Registro de Preços, bem como a prorrogação de prazo, poderão ser determinados pelo Município de VILA FLOR/RN através de aditamento, respeitadas as disposições previstas no Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – Fica autorizado e permitida a adesão (carona) à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação.

3.2. A Ata de Registro de Preços (ARP), durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, ainda que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão



PREFEITURA VILA FLOR

RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.3. Caberá ao Fornecedor Beneficiário da Ata de Registro de Preços (ARP), observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, no caso da hipótese prevista na condição anterior, sem prejuízo dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.4. Caso haja anuência do Fornecedor Beneficiário, cada órgão usuário poderá adquirir até 100% (cem por cento) dos quantitativos máximos registrados na Ata de Registro de Preço, por órgão.

3.5. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços (ARP) não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na respectiva Ata para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Parágrafo Único: No sistema de registro de preços, é permitido a adesão à ata por órgão ou entidade que não participou da licitação (“carona”), excetuadas as hipóteses admitidas em Lei Federal.

CLÁUSULA QUARTA - RECEBIMENTO, PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

4.1 - O recebimento e aceitação do objeto da licitação obedecerão ao disposto no Art. 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/1993, e também ao disposto neste Edital.

4.2 - A simples assinatura do Gestor/Servidor em canhoto de Nf-e/Fatura ou Conhecimento de Transporte IMPLICA APENAS como Recebimento Provisório.

4.3 - O Recebimento Provisório ocorrerá na ocasião da entrega do objeto desta licitação no local indicado no Termo de Referência (ANEXO 1) deste Edital.

4.4 - O Recebimento Definitivo do objeto desta licitação se dará apenas após a verificação da conformidade com a especificação constante neste Edital e seus Anexos, verificando-se também a MARCA e FABRICANTE indicado na Proposta do Licitante.

4.5 - Será feita verificação física da integridade do objeto desta licitação e de seu prazo de validade.

4.6 - Caso sejam satisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo atesto de servidor competente no verso da Nota Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA. 4.6.1 - Somente o(s) objeto(s) reprovados deverão ser substituídos pela CONTRATADA de imediato ou até o prazo máximo definido pela Administração Pública, contados da comunicação formal da rejeição.

4.7 - Caso as verificações sejam Insatisfatórias, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se registrará as desconformidades do Recebimento.

4.8 - Caso a substituição não ocorra no prazo definido pela Administração a partir da notificação, ou caso o(s) novo(s) objeto(s) também seja(m) rejeitado(s), estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega, estando sujeita à aplicação das sanções previstas no item 25 deste Edital.

4.9 - Os custos da substituição do(s) novo(s) objeto(s) rejeitado(s)s, correrão exclusivamente à conta da CONTRATADA.

4.10 - O recebimento não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelas perfeitas condições do(s) novo(s) objeto(s) fornecido(s), cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização do mesmo no período de validade/garantia.

4.11 - A(s) empresa(s) contratada(s) deverá(ão) entregar os objetos licitados, de segunda a sexta-feira em horário comercial (das 07h às 11h30 e das 14h às 16h), na Secretaria Municipal de Obras, sito na cidade de Pedro Avelino.

4.11.1 - O prazo para fornecimento do objeto desta licitação deverá ser de até 03 (três) dias corridos.

4.11.2 - As marcas do objeto desta licitação deverão estar indicada no próprio produto ou em sua embalagem. Peças e acessórios sem identificação serão rejeitados quando da sua entrega.

4.11.3 - O aceite/aprovação do objeto desta licitação pelo órgão Licitante não exclui a responsabilidade civil do(s) fornecedor(es) por vícios de quantidade ou qualidade do objeto verificadas posteriormente, garantindo-se ao órgão Licitante as faculdades previstas no Art. 18 da Lei nº 8.078/90.

4.11.4 - O prazo de execução do CONTRATO terá início a partir da data de emissão da Ordem de Solicitação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO/FORNECEDOR

5.1 - O CONTRATADO/ FORNECEDOR, além da entrega do material no prazo acima pactuado e em conformidade com descritivo do Termo de Referência (ANEXO 1), se responsabiliza por realizar todos os atos para a perfeita execução do objeto, obrigando-se ainda a:

5.1.1 - Fornecer os produtos em estrita conformidade com as especificações exigidas no Edital e seus anexos, dentro do prazo proposto, com descarga dos produtos por sua conta;

5.1.2 - Comunicar ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou irregularidade;

5.1.3 - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Município de Pedro Avelino/RN ou por seus prepostos;



PREFEITURA VILA FLOR

RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

5.1.4 - Responsabilizar-se pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata de Registro de Preços.

5.1.5 - Responder pelo pagamento dos salários devidos aos seus empregados e encargos trabalhistas, bem como pelos registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho e outras obrigações inerentes à execução do objeto ora contratado.

5.1.6 - Arcar com todos os tributos incidentes sobre esta Ata de Registro de Preços, bem como sobre a sua atividade, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por Lei.

5.1.7 - Regularizar, quando notificada pelo Município, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas na Ata de Registro de Preços, as eventuais falhas dos produtos entregues;

5.1.8 - Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata de Registro de Preços, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

5.1.9 - Comunicar ao Município quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução do objeto, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer à integridade do patrimônio público;

5.1.10 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

5.1.11 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.1.12 - Manter, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições que ensejaram a sua Habilitação e qualificação no certame licitatório;

5.1.13 - Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Município;

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - O MUNICÍPIO DE VILA FLOR/RN obriga-se a:

6.1.1 - Cumprir fielmente as disposições da Ata de Registro de Preços;

6.1.2 - Exercer a fiscalização por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei Federal nº 8.666/1993.

6.1.3 - Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução da Ata de Registro de Preços;

6.1.4 - Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados na Ata de Registro de Preços;

6.1.5 - Notificar a CONTRATADA/FORNECEDOR, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

6.1.6 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA/FORNECEDOR, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.1.7 - Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução da Ata de Registro de Preços e permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA/FORNECEDOR, devidamente identificados, ao local de armazenamento/entrega dos produtos;

6.1.8 - Zelar para que durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA/FORNECEDOR, todas as condições de Habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 - É vedada a subcontratação do objeto do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O valor total da Ata de Registro de Preços é de R\$ XXXX (XXXX).

8.1.1 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1 - O prazo para pagamento será em 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada.

9.2 - O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

9.2.1 - O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.



PREFEITURA VILA FLOR

RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

9.3 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.4 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.5 - O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada/Fornecedor, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

9.6 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.7 - O Município não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada/Fornecedor, que porventura não tenha sido acordada na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PREÇOS

10.1 - Os preços decorrentes das contratações da Ata de Registro de Preços são fixos e irredutíveis, e somente poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

10.2 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

10.3 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

10.4 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

10.5 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

10.6 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - Cancelamento automático da Ata de Registro de Preços:

a) por decurso de prazo de vigência;

b) quando não restarem fornecedores registrados; ou

c) pelo Município, quando caracterizado o interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR:

a) o fornecedor terá seu registro na Ata cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

b) a pedido, quando:

I - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

II - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto.

c) pela Administração, unilateralmente, quando:

I - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

II - perder qualquer condição de Habilitação e qualificação técnica exigida no procedimento licitatório;

III - por razões de interesse público, devidamente, motivado e justificado.

IV - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

V - não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos de compra decorrentes da Ata de Registro de Preços;

VI - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

VII - persistência de infrações após a aplicação das multas previstas no edital e nesta ata;

VIII - liquidação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, ou falência da Contratada;

IX - inobservância da boa técnica na execução dos fornecimentos;

X - demais hipóteses previstas no Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, com suas posteriores alterações, bem como desta ata;

12.1 - A rescisão da Ata de Registro de Preços unilateralmente pela Administração acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/1993, bem como desta Ata;



PREFEITURA VILA FLOR

RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

12.2 - Assunção imediata do objeto da Ata de Registro de Preços por ato próprio da Administração, lavrando-se termo circunstanciado;

12.3 - Responsabilização por prejuízos causados à Administração;

12.3.1 - O fornecedor terá seu registro na Ata cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de VILA FLOR para o exercício de 2022, e em recurso de emenda parlamentar, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: Secretaria Municipal de Saúde.

Unidade Orçamentária: 1002 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 2063 – Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde – FMS

Classificação de Despesa: 4.4.90.52.00 – equipamentos e material permanente.

Fontes: 1500100200 – Receita de Impostos e Transferência de Saúde

1632000000 – Transferências de Convênios – Estados/Saúde

Emendas Parlamentar: 195/2021-RN

199/2021-RN

13.2 - Caso a vigência da Ata de Registro de Preços ultrapasse o exercício financeiro, as despesas do exercício subsequente correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

14.1 - Durante a vigência da ata, a fiscalização será exercida por um servidor nomeado pela Exma. Prefeita, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e as dívidas que surgirem no curso da execução contratual, inclusive para efeito de aplicação de penalidades e em atendimento ao disposto no Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, de tudo dando ciência ao Município de Vila Flor/RN.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

15.1.1 - Não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

15.1.2 - Apresentar documentação falsa;

15.1.3 - Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

15.1.4 - Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

15.1.5 - Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.6 - Cometer fraude fiscal;

15.1.7 - Fizer declaração falsa;

15.1.8 - Ensejar o retardamento da execução do certame.

15.1.9 - A inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato.

15.1.10 - A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura, equivale à inexecução total da Ata de Registro de Preços, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas

15.2 - A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do Licitante;

b) Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Vila Flor, pelo prazo de até cinco anos;

15.2.1 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.3 - Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação:

15.3.1 - tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

15.3.2 - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.3.3 - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



PREFEITURA
VILA FLOR
RECONSTRUIR E AVANÇAR

GOVERNO MUNICIPAL DE VILA FLOR

Rua José Calazans, nº 169 – Centro, Vila Flor-RN

CNPJ. (MF) 08.169.278/0001-07 E-mail: pmvflicitacoes2021@gmail.com

15.4 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/1993.

15.5 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Prefeitura, observado o princípio da proporcionalidade.

15.6 - As multas serão recolhidas em favor do Município de VILA FLOR/RN, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

15.7- As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

16.1 - A CONTRATANTE poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1 - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas desta Ata de Registro de Preços serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014 bem como nos demais regulamentos e normas administrativas, que fazem parte integrante desta Ata de Registro de Preços, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

18.1 - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato desta Ata de Registro de Preços na Imprensa Oficial, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 - Fica eleito o foro da Comarca do município de CANGUARETAMA, estado do Rio Grande do Norte, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA COMUNICAÇÃO COM A EMPRESA

20.1 - Após o término do Certame, toda comunicação entre o Município de VILA FLOR/RN e a Licitante vencedora será feito através de email/telefone. Favor manter os dados atualizados.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

VILA FLOR, Estado do Rio Grande do Norte, ___ de _____ de 2022.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Prefeito Municipal

Empresa:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Endereço: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Responsável: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CPF. xxxxxxxxxxxxxxxx RG xxxxxxxx-ITEP/RN